
A Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra

ISABEL ABECASIS

Palácio Nacional da Ajuda

FOI nos estabelecimentos eclesiásticos e mais particularmente nos mosteiros, que durante séculos se radicou o monopólio quase integral da cultura livresca e das actividades ligadas à confecção do livro. Em finais do século XII, o aparecimento das universidades irá dar origem a novos centros de vida intelectual, onde, a par de *ateliers* que se dedicarão à cópia dos textos em estudo, serão criadas bibliotecas, depositárias das obras essenciais à aprendizagem escolar. Contudo o livro, permanecendo manuscrito, mantém-se um bem de elevado valor e produção limitada, circunstância que só irá ser decisivamente alterada, com o aparecimento da imprensa, cerca de meados do século XV. É a partir desta data que se tornarão mais frequentes as Bibliotecas ou Livrarias, locais próprios

ao estudo e recolhimento, agora objecto de maiores cuidados e atenções, nomeadamente no que respeita ao seu aspecto decorativo. Estas preocupações de ordem estética ir-se-ão acentuando ao longo do tempo, alcançando a sua máxima expressão no decorrer da época setecentista. Exemplo disso vêmo-lo nas chamadas «Bibliotecas Falantes» Alemãs, Austríacas e Portuguesas que conheceram, ao tempo, notável sucesso.

Em Portugal a luxuosa decoração das bibliotecas do Palácio-Convento de Mafra, do Convento das Necessidades e da Universidade de Coimbra, sendo bem demonstrativa da atenção prestada na época ao aspecto ornamental, reflecte ainda e de modo inequívoco os grandes desígnios de uma política de fortalecimento e exaltação da imagem do estado; política amplamente possibilitada pelo

surgimento de novos e providenciais recursos financeiros, consubstanciados nas remessas de ouro brasileiro.

Será assim que o ouro do Brasil, dando origem a um período de prosperidade, mais aparente que real, vem possibilitar o estabelecimento de uma actuação de carácter mecenático, que tendo em vista o reforço do prestígio do poder central, se irá exercer de forma marcadamente benéfica nas áreas cultural e artística, propiciando todo o ambiente de renovação e progresso que então se verificou nestes domínios.

Na Biblioteca do Convento de Mafra encontramos uma das mais felizes manifestações desta política de protecção às artes e às letras, tão característica do reinado joanino. A imponência das suas dimensões (cerca de 85 m de comprimento por 9,5 de largura), fazem dela a mais vasta sala do edifício, ocupando a maior parte do 4.º piso da sua ala oriental. Pavimentada em mármore de variadas cores, é inteiramente forrada por estantes, executadas em madeira do Brasil, que só terminam na cimalha onde principia a abóbada. Esta é interrompida a meio da sala por quatro arcos que sustentam uma cúpula fechada por uma pedra de mármore, onde se vê esculpida uma figura humana representando o sol. A suave luminosidade que lhe é frequentemente peculiar, ainda mais contribui para conferir ao recinto um ambiente de grandiosidade e beleza.

São conhecidos os cuidados tidos por D. João V com a valorização bibliográfica das livrarias à sua guarda: chega a enviar além fronteiras emissários especiais com o objectivo de adquirir tudo o que de melhor por lá se imprimisse. Muitas dessas obras foram destinadas a Mafra. Deve-se ainda ao rei magnânimo a encomenda de muitos milhares de volumes a livreiros estrangeiros na altura radicados em Lisboa: «aos livreiros Gendron e Reycend que lhe mandassem todas as obras que pudessem alcançar, obras que chegassem a todo o instante e que El-Rei ia repartindo com as Bibliotecas das Necessidades e de Mafra».¹

Em Portugal a luxuosa decoração das bibliotecas do Palácio-Convento de Mafra, do Convento das Necessidades e da Universidade de Coimbra, sendo bem demonstrativa da atenção prestada na época ao aspecto ornamental, reflecte ainda e de modo inequívoco os grandes desígnios de uma política de fortalecimento e exaltação da imagem do estado

Mas não foi apenas a ilustração esclarecida de D. João V e de alguns dos seus sucessores que contribuiu para a riqueza literária da Livraria de Mafra. Esta é também fruto dos cuidados e dedicação dos Franciscanos de Santa Maria da Arrábida e

dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, que sucessivamente habitaram o convento. As belíssimas estantes com primorosa obra de talha que valorizam em muito as paredes do recinto são, aliás, obra dos Agostinhos, por eles encomendadas em 1771 ao architecto Manuel Caetano de Sousa: trabalho que resultou excelente e deixa entrever, pelo requintado apuramento técnico e multiplicidade de elementos decorativos, a qualidade do artista que nele trabalhou.

A Bula obtida em 1754 do Papa Bento XIV, é mais um testemunho do cuidado tipo pelos religiosos com o precioso espólio à sua guarda. Este documento pontifício proíbia sob pena de excomunhão «a todas as pessoas, de qualquer estado ou condição, que, em nenhum tempo e de nenhum modo, retirassem, desviassem ou emprestassem da livraria, [...], sem licença do rei de Portugal, quaisquer impressos ou manuscritos nela depositados.»²

Já em épocas anteriores se encontram provas evidentes de quanto era valorizado nas comunidades religiosas o espírito esclarecido e o amor ao saber. Isto pelo empenho em que era tida a aquisição de novas obras para os mosteiros, empenho que como se verá chegava a ter carácter de obrigatoriedade. Assim o demonstram os Estatutos da Província de Santa Maria da Arrábida, datados de finais do século XVII: «Para que em todos os Conventos possa haver

quantidade de livros, em que os Religiosos se applicuem, & estudem, o que lhes hé necessario, mandamos, que cada hum dos Prelados locaes em tempo de seu governo procurem pôr livros novos no seu Convento; [...]. E o que no inventario do Convento, que o Capitulo, ou Congregação mandar, não levar a ditta addição dos livros, não poderá ser eleyto em Prelado os tres annos seguintes.»³

As constantes diligências de Agostinhos e Franciscanos tiveram igualmente grande influência no razoável estado de conservação que a maioria dos volumes da Livraria actualmente apresenta. Chegaram inclusivamente a montar uma oficina de encadernação — numerosas obras ainda hoje ostentam na lombada a palavra «Mafra».

Sendo desde cedo objecto de tais atenções, é natural que a Biblioteca possa hoje dispôr de um precioso espólio, compreendido entre os séculos XV e XIX, onde avultam obras de valor inestimável. Possui cerca de 30 000, escritas nas mais variadas línguas e versando os mais diversos assuntos, distribuidas pelas cento e trinta e seis estantes do Salão Nobre e Galeria. A disposição temática está feita por tal forma que da zona do cruzeiro, ao centro do recinto, para Norte se encontram as obras de carácter religioso. Para Sul localizam-se todas as matérias de natureza profana. De realçar neste importante acervo as valiosas edições dos me-

lhores clássicos latinos, as famosas crónicas de Portugal, as Bíblias, a colecção de manuscritos e os Incunábulo, alguns deles de extrema raridade e dignos do maior apreço. É o caso das *Orationes* de Cícero, obra rara, editada no ano de 1472 em Veneza, importante centro de impressores livreiros. Só a Biblioteca Nacional de Paris possui exemplar semelhante⁴. De referir ainda a 1.^a edição das *Antiquitates Romanorum* de Dionísio Halicarnasso, publicada em 1480 em Trevísio; as *Familiares Epistolae*, de Enea Sívio — 1496, Nuremberga; a *Opera omnia* de Homero — 1488, Florença, também uma edição *princeps* do maior valor e a célebre *Crónica de Nuremberga* de Hartmann Schedel, impressa naquela cidade no ano de 1493 pelo famoso Anthoni Koberger, um dos maiores editores do seu tempo.

Embora em número limitado os manuscritos não deixam de revelar um considerável interesse histórico: alguns pergaminhos, sendo o mais antigo do século XV, vários códices e numerosos processos dos noviços; múltipla documentação de temática variada pertence a diversos conventos e uma razoável colecção de cadernos de música de autores portugueses e estrangeiros (Marcos Portugal, J. de Sousa, J. J. Baldi e outros). Merecem ainda uma atenção especial os códices iluminados. Entre eles, as duas cartas de foral concedidas por D. Manuel à Vila do Prado e às Terras do Bouro e os Livros de

Horas, curiosíssimos pelo rigor com que foram executados — obras de pequeno formato, contendo as orações de cada dia, denotam um admirável domínio da arte da iluminura e uma impecável perfeição e regularidade da escrita.

Na Biblioteca do Convento de Mafra encontramos uma das mais felizes manifestações desta política de protecção às artes e às letras, tão característica do reinado joanino.

Vários foram os bibliotecários que deixaram o seu nome ligado à Livraria de Mafra. Alguns houve que pela acção ali desenvolvida se tornaram de citação obrigatória. É o caso de frei João de Santana, Padre da Província da Arrábida e pregador régio. A ele se deve a ordenação sistemática que os livros exibem presentemente e a elaboração de um catálogo manuscrito em oito grossos volumes, que ainda hoje constitui a relação mais completa que a biblioteca possui, continuando a revelar-se um precioso auxiliar de consulta. Nomeado em 1809, já com as tropas inglesas aquarteladas no convento⁵, frei João de Santana, veio a exercer uma actividade notoriamente benéfica pela inegável competência e extrema dedicação demonstradas.

Frei Matias da Conceição é outro dos nomes de referência indispensável, pelo empenho que sempre reve-

lou no cumprimento das suas funções. Espírito perseverante, aplicou-se durante vinte e quatro anos consecutivos (1736-1760) na recolha dos mais diversos folhetos, com os quais veio a formar uma colecção de cento e sessenta e quatro volumes encadernados a que chamou «Biblioteca Volante». Nela se incluem quarenta e sete manuscritos, copiados pelo próprio frei Matias da Conceição — não sendo pertença da Livraria, foram integralmente reproduzidos pelo diligente religioso, que julgou de interesse incluí-los no seu acervo.

Estas e outras circunstâncias contribuíram para que a Biblioteca fosse gradualmente enriquecendo o seu espólio — atente-se ainda na data de 5 de Dezembro de 1825, em que passa a ser considerada Depósito Legal por determinação do rei D. João VI, situação que se mantém até ao ano de 1830. Mais tarde, já no final do século (1889), veio a beneficiar de uma importante doação feita pelo arquitecto Possidónio da Silva: toda a sua colecção particular, constituída essencialmente por obras de Engenharia, Arquitectura e Arte.

A imponência do seu espaço leva a pressupôr naturalmente a «Casa da Livraria» como local desde sempre destinado ao estudo e meditação. Contudo momentos houve em que tal não sucedeu. Alguns relatos curiosos demonstram que por vezes era utilizada para fins bem diversos. É o que nos diz Eusébio Gomes nas suas *Memórias de Mafra*: «1801.

Novembro 4. Grande festa em acção de graças pela paz geral com a maior pompa e grandeza [...] A funcção durou 3 dias [...] e em todas as noites houve serenata na casa immediata à Livraria, onde cantaram Crescentini, Angeleli, Persegil e outros musicos italianos, acompanhados de instrumental. Em a 3.^a noite cantou a famosa cantarina a Catalani, da casa de S. Carlos. Na Livraria armou-se um tablado, onde depois d'esta funcção fez o Pinetti muitas habilidades em uma só noite. O aperto era tanto que não podia passar a mais, e os frades tinham tido permissão para poderem ir gozar d'estes divertimentos [...]»⁶.

Embora de uma época mais recente não deixam de ser singulares, até mesmo por alguma dose de irreverência que evidenciam, as seguintes recordações de Tomás de Melo Breyner, 4.^o Conde de Mafra, quando descreve nas suas *Memórias* alguns bons momentos da sua infância passados na Biblioteca: «Na Livraria passavam-se tambem bons bocados fazendo habilidades com uns patins de rodas do ultimo modelo trazidos de Paris por Madame Daupias, eguaes aos que tinham os Principes e os rapazes Pinto Basto.

Uma vez juntámo-nos todos alli por ser num lugar ideal para a patinagem. Podia-se dar toda a volta ao palacio sempre patinando.»⁷

Mas os encantos de Thomaz de Mello Breyner não se confinavam aos prazeres da patinagem. Outras actividades de índole mais serena

serviam-lhe igualmente de entretenimento: «Tambem me divertia durante horas vendo estampas. E que estampas, que riqueza de gravuras! [...]»

As viagens de Cook n'uma edição grande e largamente illustrada faziam as minhas delicias bem como a representação da vida dos Padres Ermitões n'um tomo de grande formato e ainda as estampas com as batalhas navaes contra os turcos. [...].

O que eu gostava de vêr um livro enorme ricamente encadernado, tendo cantos e feixos de metal. Dentro estavam representadas todas as cerimoniaes na Côrte dos Reis de França a começar pela sagração.»⁸

Deve-se ainda ao rei magnânimo a encomenda de muitos milhares de volumes a livreiros estrangeiros na altura radicados em Lisboa: «aos livreiros Gendron e Reycend que lhe mandassem todas as obras que pudessem alcançar, obras que chegavam a todo o instante e que El-Rei ia repartindo com as Bibliotecas das Necessidades e de Maфра».

A título de curiosidade assinale-se que esta última obra foi, alguns anos mais tarde, já no início deste século, muito apreciada pela princesa Luísa de Orleães, irmã da rainha D. Amélia — estando um dia de visita ao Palácio, o então bibliotecário Aires de Sá

julgou oportuno mostrar-lhe o livro do *Sacre* de Luis XV seu quinto avô materno, «o que a princesa achou interessantissimo».

Desde sempre visitada por membros da família real — até 1833 o monarca dispunha inclusivamente de uma chave para seu uso particular — a Livraria viu na pessoa do rei D. Carlos um assíduo frequentador. Quando das suas estadias em Maфра, aí se demorava a apreciar esta ou aquela obra, prestando-se igualmente a esclarecer ou ajudar a solucionar algumas dúvidas de carácter bibliográfico que ocasionalmente surgiam.

Piores e melhores foram os momentos vividos pela Biblioteca do Convento. Após a extinção das ordens religiosas, ocorrida em 1834, só veio a conhecer um bibliotecário cerca de oito anos mais tarde, em 1842 — o padre Inácio da Purificação, que por ela ficou responsável com o ordenado de 360\$00 anuais. Em 1882, com a morte do seu sucessor — o padre António Morais Cardoso — a Livraria passa a ser administrada pelo almoxarife do palácio, situação que se mantém até ao início do século, altura em que para a dirigir foi escolhido Aires de Sá. Com a implantação da República, a sua vigilância e preservação voltam a caber ao administrador do palácio, que nem sempre a exerceu como era seu dever, descurando quase por completo a conservação do seu recheio. O «criminoso desleixo», a que então foi votada, fizeram deste período em

que permaneceu por quase trinta anos um dos mais nefastos da sua história. Dele só foi retirada em 23 de Outubro de 1937, data em que foi aberta ao público passando a beneficiar de um quadro de pessoal especializado. De então para cá vários foram os que nela trabalharam e empenharam todo o seu esforço e dedicação. Ao longo dos anos tem sido procurada por investigadores e estudiosos que dela solicitam o mais variado tipo de informações. Numerosas actividades aqui têm decorrido: conferências, exposições e diversas outras acções que têm procurado dinamizá-la como espaço de difusão cultural.

Pelas suas dimensões e imponência é a Biblioteca a mais nobre sala do monumento. A escolha do seu espaço não foi certamente ocasional. Entre todas as divisões é esta que melhor espelha a grandiosidade daquela imensa construção arquitectónica: «He a livraria huma das casas mais magestosas, que se admira neste Convento, e duvida-se que haja outra do seu ministerio, que lhe faça competencia, achar-se-hão muitas casas contiguas, que componhão huma livraria de maior número de livros, mas casa por si, que inculque mais magestade e grandeza, não será fácil.»⁹

Será assim na sumptuosidade da Biblioteca que se irá reflectir de forma mais significativa a imponência do «Real Monumento» — símbolo para a posteridade de toda uma épo-

ca de autoridade, esplendor e fausto que marcaram profundamente o Portugal da primeira metade de setecentos. Da importância que alcançou na época tão grandioso empreendimento, fica-nos o testemunho do poeta Tomás Pinto Brandão:

*Jesus! Que soberba obra
fermosa, e sustancial!
Na Itália não he possível
que haja pedraria igual!
Taes pedras se tem achado
naquella mina actual,
que so resta descobrir
a Pedra Filosofal!*

.....

*Não creyo que haja no Mundo
Edificio tão cabal;
porque nenhum chega, a este
Portuguez Escurial!
A Batalha, he hum dezerto;
Alcobaça, hum arrayal;
huma imperfeição Belem;
e só Mafra he principal.¹⁰*

«He a livraria huma das casas mais magestosas, que se admira neste Convento, e duvida-se que haja outra do seu ministerio, que lhe faça competencia, achar-se-hão muitas casas contiguas, que componhão huma livraria de maior número de livros, mas casa por si, que inculque mais magestade e grandeza, não será fácil.»

Notas

¹ J. Silvestre RIBEIRO, *Apontamentos históricos sobre bibliotecas portuguesas*. Coimbra, Imp. da Universidade, 1914, cit. por Manuela D. DOMINGOS, «Os catálogos de livreiros como fontes da história do livro: o caso dos Reycend», *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, S. 2, 4 (1) 1989, p. 86. Sep.

² A. Ferrand de Almeida FERNANDES, «A Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra», *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, Coimbra, 1956, p. 18. Sep.

³ IDEM, *Ibidem*, p. 17.

⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 25.

⁵ Substituindo as tropas napoleónicas, os militares ingleses ocuparam o convento (1808-28).

⁶ Eusébio GOMES, *Memórias de Mafra: 1800 a 1833*. Ms. aut. BPNM. Cit. por Júlio IVO; Santos FERREIRA, *O Monumento de Mafra*. Lisboa, 1906, p. 117-118.

⁷ Tomás de Melo BREYNER, *Memórias*. Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1930, p. 298.

⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 298.

⁹ Claudio da CONCEIÇÃO, *Gabinete Histórico*. Tomo VIII, p. 317. Cit. por J. Silvestre RIBEIRO, *Apontamentos históricos sobre bibliotecas portuguesas*. Coimbra, Imp. da Universidade, 1914, p. 11.

¹⁰ Tomás Pinto BRANDÃO, *Descrição de Mafra*. Lisboa, Off. da Música, 1730.